

## **Resumo**

Este projeto tem o objetivo de delinear o conceito de gênero como estabelecido na literatura, com enfoque especial em Butler e Beauvoir, para que, a partir disso, possamos compreender melhor o papel do gênero nos debates atuais acerca dos direitos e reivindicações de pessoas trans, agrupando relatos de jovens trans e suas jornadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na busca do cuidado com a própria saúde, de maneira a demarcar o espaço e a importância da compreensão do conceito de gênero na sua trajetória.

## **Introdução**

De Foucault e Joan Scott a Judith Butler, os conceitos por trás das noções de sexo e gênero vêm sendo discutidos há décadas, com as suas definições mais conhecidas tendo sido desenvolvidas por Simone de Beauvoir e Butler. Enquanto Beauvoir defende, ainda em um momento anterior a Butler, que “uma mulher não nasce, se faz”, apesar de ainda considerando o papel do sexo, como argumenta em suas obras; Butler, já em outro momento, vai além do que Beauvoir estabelece, criticando a visão da pensadora francesa e afirmando que mesmo o sexo não é um conceito bem delineado, além de acrescentar que seria importante levar em conta também a expressão de gênero (FEMENÍAS, 2013, REIS, 2013).

Apesar das discordâncias entre as autoras, o que levou a críticas de Butler a Beauvoir, elas concordam de certa forma com a ideia de que o gênero se define para além do senso comum, que tende a atribuir importância apenas ao órgão genital: há, na visão das autoras, uma vasta gama de outras questões que participa dessa “construção”. Esses são conceitos que seguem vivos e evoluindo através dos anos, apesar de em conjunto haver também o repúdio. (MANO, 2020, HEILBORN e RODRIGUES, 2018)

A discussão desses conceitos é importante, quer se concorde com Beauvoir ou Butler, pois a partir dela se debatem e definem políticas nacionais e mesmo posicionamentos de órgãos internacionais, como a OMS, responsável pela gestão da CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde), que determina padrões a serem utilizados como referência para a determinação de condições de saúde. Dessa forma, é imperativo que o assunto seja discutido para que a população trans tenha seus direitos garantidos (BENTO e PELÚCIO, 2012).

Recentemente tem crescido, no Brasil e mundo afora, o debate acerca da identidade trans; esse debate envolve não só suas formas de expressão como também suas necessidades

enquanto cidadãos. Uma das principais frentes desse debate se concentra na área da saúde das populações trans, apesar de a segurança, educação e redes de apoio também serem temas centrais, além da presença de trans no esporte (PREU e BRITO, 2019, MONTEIRO, BRIGEIRO e BARBOSA, 2019).

A noção de cidadania é aqui pensada partindo principalmente do pensamento de Milton Santos, que define que o indivíduo vale pelo espaço que ocupa, não somente no sentido imediato de mera moradia, mas também da infraestrutura que lhe garanta o acesso à saúde, educação e outros direitos previstos na constituição (SANTOS, 2002). Isso implica que o acesso aos espaços e serviços é importante para constituir uma cidadania plena, que vai além de possuir direitos inscritos nas leis mas não colocados em prática, o que também pode ser aplicado ao contexto das vidas trans.

Na história recente do país, a existência dessa população tem sido reconhecida de forma tímida. Alguns exemplos que expressam medidas de visibilização desse coletivo e de reconhecimento e promoção de seus direitos são a instituição do Dia da Visibilidade Trans, em 29 de janeiro de 2004; a possibilidade do uso de nome social em toda unidade da rede de saúde pública, em 2006; a criação do processo transexualizador no SUS, em 2008; a criação do primeiro ambulatório dedicado à saúde trans no Brasil, em 2009; e a retificação de nome e gênero de pessoas trans nos cartórios, sem necessidade de cirurgias ou laudos, já em 2018 (BRAZ, 2019; GLAMOUR, 2021; POPADIUK, OLIVEIRA e SIGNORELLI, 2017).

O direito a cirurgias transexualizadoras através do SUS era inicialmente apenas para mulheres trans, tendo o escopo sido expandido a homens trans apenas no ano de 2013. No entanto, para além de cirurgias, a demanda da comunidade trans relacionada à saúde também passa pela saúde mental, pela terapia hormonal e outros itens e cuidados, o que remete à necessidade de um acompanhamento multidisciplinar, com profissionais de diferentes áreas da saúde em constante interação, o que tem sido feito, ainda em quantidade insuficiente com relação à demanda, por ambulatórios trans e outras poucas unidades de atendimento básico (UBS), ligadas à saúde pública (CHINAZZO *et al.*, 2021).

Com uma população trans que se descobre e se assume, agora mais do que nunca, e diante de demandas que pontuam a necessidade de um cuidado especializado a esse coletivo, é importante que haja políticas públicas voltadas às necessidades trans, garantindo seus direitos como cidadãos (BRAZ, 2019; ROCON *et al.* 2018).

Esses cuidados precisam estar disponíveis a todos que necessitam deles, não “somente” por constituir um direito de todo cidadão brasileiro, mas também para possibilitar que essa população saia da marginalidade e possa viver com dignidade, até porque a transexualidade ainda é vista por muitos como uma doença (ARÁN, MURTA e LIONÇO, 2009).

As conquistas já alcançadas até aqui são de extrema importância, porém podem ser de difícil acesso para muitas pessoas, ou possuir listas de espera muito longas para o atendimento, e isso levanta a indagação sobre até que ponto essas necessidades estão de fato sendo atendidas (BRAZ, 2019).

Apesar de projetos da prefeitura de São Paulo, como o Transcidadania, muitos municípios ainda não apresentam iniciativas para promover a cidadania de pessoas trans ou seu cuidado, o que pode fazer com que esses indivíduos fiquem desassistidos ou tenham que se deslocar para algum dos espaços que possuem a infraestrutura e a equipe de profissionais para realizar esse atendimento. Por sua vez, esses equipamentos dependem de universidades, como é o caso do Núcleo Trans Unifesp, e sofrem com cortes de verba (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2022; UNIFESP, 2021).

É importante ressaltar que não há muitos médicos especializados que realizam o atendimento a esse grupo, tanto na rede pública como privada, havendo uma falta de conhecimento acerca dos procedimentos que contemplam suas necessidades, como a terapia hormonal e cirurgias transexualizadoras. Isso deixa claro uma falta de estrutura geral, desde a educação dos profissionais da saúde até a facilitação do processo de retificação de nome e gênero, por exemplo, para efetivar as conquistas no âmbito legislativo, mostrando que são necessárias políticas públicas que tornem o processo de fato possível e acessível àqueles que dele precisam (BRAZ, 2019).

A criação de políticas que melhor atendam às necessidades específicas da população trans precisa, portanto, de uma compreensão mais completa dessas necessidades, a fim de prover condições para efetivar direitos que já estão previstos em lei mas que não possuem informação ou planejamento o suficiente para se verem concretizados; assim permitindo que essa população saia da marginalização, no que diz respeito ao cuidado da sua própria saúde e possua maior qualidade de vida (DORNELAS *et al.*, 2020; ROCON *et al.*; 2016).

## **Objetivo geral**

Identificar e caracterizar a experiência de pessoas trans no Sistema Único de Saúde a partir da literatura, incluindo suas trajetórias e realidades, bem como as políticas públicas direcionadas ao alcance de seus direitos na área da saúde à luz do conceito de gênero, da forma como definido por autores consolidados tidos como centrais, buscando compreender a dinâmica entre as políticas públicas de saúde voltadas a essa população e a construção de sua cidadania.

## **Objetivos específicos**

- Estudar a construção do conceito de gênero a fim de compreender como ele é utilizado nas discussões sobre direitos e na estruturação de políticas públicas de saúde voltadas a pessoas trans;
- Mapear a trajetória do movimento de luta pelos direitos das pessoas trans no Brasil;
- Compreender as dificuldades e os obstáculos relacionados à consolidação dos direitos das pessoas trans e das políticas de saúde voltadas a esse grupo e sua existência plena.

## **Justificativa**

A ascensão da discussão acerca do gênero é importante para que as necessidades desse grupo sejam atendidas de maneira eficaz e livre de preconceitos, para isso é necessário entender como as experiências já implementadas atuam, sua importância e suas falhas.

Alguns locais em específico, por exemplo, possuem permissão e estrutura para realizar procedimentos e acompanhamento de pacientes trans, porém vale ressaltar que são poucos, e seu acesso não é universal, além da falta de vagas, profissionais e de verba. Dessa forma, muitas pessoas não conseguem ser atendidas e contempladas nesses poucos centros especializados, seja porque não podem acessar os locais por conta da distância, pela dificuldade em conseguir consultas ou pela falta de informação. No âmbito privado, da mesma forma, o atendimento também é deficiente pela falta de profissionais especializados, ou mesmo versados, na área da saúde trans (BRAZ, 2019; ROCON *et al.* 2018).

Como resultado disso, muitas pessoas da comunidade trans são obrigadas a procurar soluções "por fora", o que leva à automedicação e contrabando de medicamentos, além dos diversos riscos à saúde que isso implica, por conta da falta de acompanhamento e



Relatório Parcial												
Agrupamento e análise de relatos de pessoas trans na saúde pública												
Elaboração do Relatório Final												

## Referências

ANTRA BRASIL. Precisamos falar sobre o suicídio das pessoas trans! Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>

ARÁN, Márcia, Murta, Daniela e Lionço, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2009, v. 14, n. 4 [Acessado 30 Junho 2022] , pp. 1141-1149. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>>. Epub 27 Out 2009. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>.

BENTO, Berenice e Pelúcio, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2012, v. 20, n. 2 [Acessado 30 Junho 2022] , pp. 569-581. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>>. Epub 16 Ago 2012. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>.

BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2019, v. 35, n. 4 , e00110518. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00110518>>. Epub 08 Abr 2019. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00110518>.

CHINAZZO, Ítala Raymundo et al. Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2021, v. 26, suppl 3, pp. 5045-5056. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.28532019>>. Epub 15 Nov 2021. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.28532019>.

DE OLIVEIRA PREU, Roberto, e Carolina Franco Brito. "A questão trans no cenário brasileiro." *Revista Periódicus* 1.10 (2018): 95-117. ISSN: 2358-0844 n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019 p. 95-117.

DORNELAS, Rodrigo et al. Qualidade de vida e voz: a autopercepção vocal de pessoas transgênero. *Audiology - Communication Research* [online]. 2020, v. 25, e2196. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6431-2019-2196>>. Epub 11 Maio 2020. ISSN 2317-6431. <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2019-2196>.

GLAMOUR LIFESTYLE; Malu Pinheiro. Dia da Visibilidade Trans: uma linha do tempo da luta e dos direitos de travestis, transexuais e transgêneros. Disponível em: <https://glamour.globo.com/lifestyle/noticia/2021/01/dia-da-visibilidade-trans-uma-linha-do-tempo-da-luta-e-dos-direitos-dos-travestis-e-transexuais.ghtml>

MONTEIRO, Simone, Brigeiro, Mauro e Barbosa, Regina Maria. Saúde e direitos da população trans. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2019, v. 35, n. 4 [Acessado 1 Abril 2022] , e00047119. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00047119>>. Epub 08 Abr 2019. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00047119>.

POPADIUK, Gianna Schreiber, Oliveira, Daniel Canavese e Signorelli, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2017, v. 22, n. 5. ISSN 1678-4561.

PREFEITURA DE SP. Transcidadania disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/lgbti/programas\\_e\\_projetos/index.php?p=150965](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/programas_e_projetos/index.php?p=150965)

ROCON, Pablo Cardozo et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2016, v. 21, n. 8, pp. 2517-2526. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>.

ROCON, Pablo Cardozo et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online]. 2018, v. 22, n. 64, pp. 43-53. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0712>>. Epub 07 Dez 2017. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0712>.

UNIFESP. Orçamento da Unifesp sofre corte de 20,6% para 2021. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/noticias-anteriores-dci/item/5157-orcamento-da-unifesp-sofre-corte-de-20-6-para-2021>

ZUCCHI, Eliana Miura et al. Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2019, v. 35, n. 3, e00064618. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00064618>>. Epub 25 Mar 2019. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00064618>.